

As Relações Brasil-Venezuela: imagens internacionais em perspectiva (1810-2010)

Alejandro Mendible Zurita*

Thiago Gehre**

Resumo: Brasil e Venezuela vêm mantendo algum tipo de contato internacional desde o início do século 19, o que possibilitou pensar uma parceria estratégica para o século 21. O objetivo deste artigo é desvendar a evolução histórica das relações bilaterais brasileiro-venezuelanas. Questiona-se qual o papel desempenhado pelas imagens internacionais na definição das aproximações e dos afastamentos entre ambos? A hipótese levantada é que percepções e visões do outro emanadas das chancelarias e das sociedades tornam-se elementos de poder na medida em que interferem nos cálculos estratégicos dos homens de Estado. Esta interpretação foi feita com base em fontes primárias e secundárias, tanto do Brasil quanto da Venezuela, como documentos diplomáticos oficiais, artigos de imprensa e livros.

Palavras-chave: Relações Brasil-Venezuela. História das Relações Internacionais. Imagens Internacionais.

* Doutor Alejandro Mendible Zurita, Universidad Central de Venezuela (Ucv), mirdur49@yahoo.es

Professor Titular aposentado da Universidade Central de Venezuela (UCV) e atual coordenador do Doutorado em História da mesma Universidade.

** Thiago Gehre é Professor da UFRR (Universidade Federal de Roraima) e Doutor em História das Relações Internacionais pela Universidade de Brasília e pesquisador associado ao Grupo de Pesquisa de Relações Internacionais do Brasil Contemporâneo do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília. E-mail: thiago.gehre@gmail.com. Anexo I do Palácio do Planalto, sala 205, Brasília-DF. Subchefia de assuntos federativos, Secretaria de Relações Institucionais, Presidência da República. Telefone: 61 3411 2073.

A nossa fronteira com Venezuela não está explorada e bem conhecida e o seu estado é incerto e vago. (Paulino José Soares de Souza, 20 de março de 1852)

Uma das várias formas de apreciar-se a evolução das relações bilaterais entre dois países é por meio da captura de suas imagens internacionais ou da maneira como são mutuamente percebidos. No caso de Brasil e Venezuela, pode-se apreciar uma evolução que partiu de imagens distorcidas, de revolução e imperialismo; passou por imagens contrastantes de democracia e autoritarismo; e alcançou imagens sincrônicas e compartilhadas de liderança e parceria na construção de uma nova identidade do continente sul-americano.

As imagens internacionais são parte integrante da identidade dos países. Assim, compreender a contemporaneidade das repercussões dos estereótipos sobre a política externa brasileira e venezuelana é um esforço que leva à captura das imagens projetadas historicamente na tela da história das relações internacionais da América do Sul.

O artigo tem como eixo a noção de imagem, discutindo a evolução das imagens que Brasil e Venezuela construíram historicamente um do outro. Assim, as relações bilaterais podem ser compreendidas como um modelo de percepção, de construção e de representação da realidade (GOMART, 2002).

Pode-se dizer que o entendimento entre potências nem sempre se exprime por discursos e palavras, mas firma-se em símbolos e gestos. Para captar a sintonia deste diálogo, é preciso compreender a essência do outro e como ela se exprime nas relações internacionais. Neste caso, a identidade é a essência de um país e a imagem o meio pelo qual se projeta internacionalmente. Logo, para evitar-se a superficialidade de estudos meramente diplomáticos, descritos por acordos e tratados, é preciso ter em conta outras forças como *“les images successives que se font les deux peuples l'un vis-à-vis de l'autre”* (DUROSELLE, 1998, p.368).

Para tanto, este artigo foi dividido em sete partes principais. Na primeira parte, contextualizam-se as imagens de Brasil imperialista, por sua atuação na vizinhança em busca da segurança fronteiriça (1822-1910); e Venezuela revolucionária, caracterizada por uma guerra cruel de independência que conduziu a formação republicana

(1810-1910). Na segunda parte, apresenta-se um breve trecho sobre o reposicionamento estratégico da América do Sul (1914-1945), por conta dos conflitos mundiais e da emergência do petróleo como elemento de poder nas RI.

Na terceira parte, discutem-se algumas interferências nas imagens de Brasil e Venezuela (1950-1960), devido à lógica da Guerra Fria. Na quarta parte, é destrinchada a imagem de grandeza que nos anos 1970 acoplou-se tanto ao Brasil quanto à Venezuela por diferentes formas. Na quinta, discute-se brevemente o hiato neoliberal e a perpetuação da imagem de país subdesenvolvido. A sexta parte avança sobre a questão da liderança e da parceria estratégica (2000-2010). Nas considerações finais, faz-se uma crítica sobre os reflexos das imagens históricas à luz das relações Brasil-Venezuela.

Do Período de Independência à emergência republicana (1810-1910)

A história das relações internacionais é marcada por repetidas ondas revolucionárias como tentativas organizadas de transformar a sociedade internacional pela força. De acordo com Aron (2000, p. 143), “[...] é revolucionária a política de um estado cuja vitória leva à subversão dos estados tradicionais, à ruína do princípio de legitimidade em vigor”. Portanto, Estados que procuram alterar a situação interna dos outros estados assumem a transitoriedade do sistema e a possibilidade de modificá-lo, tomando para si a missão de transformar a realidade sistêmica por conversão ou coerção.

Ao final do século 18, a revolução francesa liberou uma grande força desestabilizadora do equilíbrio de poder e de contaminação das estruturas políticas e sociais do sistema internacional. Em particular as Guerras napoleônicas, a princípio do século 19, foram determinantes para a desarticulação do *status quo* imperante no sistema internacional. Santa Aliança e os princípios de legitimidade e inviolabilidade das fronteiras, concertados em 1815, em Viena, foram uma reação tanto ao Império napoleônico quanto aos ideais revolucionários franceses. Martin Wight (2002, p. 76-77) alerta que o revolucionismo

surpreende a lógica da política do poder, introduzindo “a paixão e o fanatismo nos cálculos de utilidade política” e tornando “difusa a distinção entre a política doméstica e a externa”.

Como consequência destas transformações operadas no contexto europeu, mormente o declínio do Império espanhol, as primeiras décadas do século 19 testemunharam a eclosão na América do Sul de um movimento de emancipação das colônias ibéricas, diante do vazio de poder real criado na Espanha pela invasão de Napoleão Bonaparte, tendo como epicentro do desencadeamento emancipador a cidade de Caracas.

Nascia a ideia de uma Venezuela independente e revolucionária, que se fariá nas ações e nos discursos de seus precursores, como Simon Bolívar, Francisco de Miranda e Andrés Bello, para cristalizar a imagem de um país revolucionário e de vocação continentalista. Vários elementos projetaram uma imagem revolucionária na região e para fora dela, que se perpetuou ao longo das gerações políticas venezuelanas: as batalhas pela libertação da Venezuela; a ruptura do jugo imperial espanhol; a campanha para o sul, em busca da libertação dos vizinhos sul-americanos; a definição de um horizonte político autônomo, com o Congresso Anfictiônico do Panamá; e os precoces ensaios de integração na América Central e na Grã-Colômbia. Vale destacar que no marco da gestação da independência ressalta-se a figura do revolucionário pernambucano José Ignacio de Abreu e Lima, quem se converteria em General e *edecan* de Simon Bolívar e cuja atuação se converteu em um interessante vínculo histórico (quase espiritual) entre Venezuela e Brasil.

Na contramão revolucionária ascendia o Brasil como Império em 1822. Em um oceano de repúblicas recém-independentes, um colosso monárquico causava desconfortos políticos e diplomáticos. As aventuras imperiais do Brasil na região do Prata contribuíram decisivamente para conformar um traço imperialista de sua imagem e despertando temores nos vizinhos hispano-americanos.

Na região do Prata, o encontro das frentes colonizadoras espanhola e lusitana manifestara-se mais fortemente em toda a América do Sul, requerendo maiores cuidados da diplomacia brasileira. Bandeira (2003, p. 414) explica que a expansão econômica do Brasil era vista pela ótica da rivalidade, proveniente da vocação imperialista herdada de Portugal.

Na Amazônia, a rivalidade ibérica foi eclipsada, tanto pela geografia quanto pela política do poder. As dificuldades intrínsecas ao ambiente amazônico dificultaram o desenvolvimento de contatos internacionais entre os súditos dos dois impérios. Na medida em que Brasil e Venezuela tornaram-se independentes, foram obrigados a lidar muito mais com as presenças holandesa, francesa e inglesa em seus territórios e fronteiras. Em particular, o colonialismo inglês do fim do século 19 foi o mais agressivo e sua cobiça expansionista afetou tanto Venezuela como Brasil, por exemplo nas dificuldades de definição da fronteira com a Guiana Inglesa na região do Essequibo.

Com cuidado, o Visconde do Rio Branco sintetizara os meios e fins da política exterior do Brasil, pregando uma postura moderada de concertação com seus vizinhos. Dizia o Visconde: “[...] porque temos consciência de nossa força, podemos ser moderados, benévolos e até generosos, tanto quanto estes sentimentos forem compatíveis com a dignidade nacional e com os direitos e grandes interesses do Império” (CORREA, 2002, p. 206).

O Império procurava destacar-se da Grã-Bretanha, potência hegemônica da época, e empreendeu ações colonialistas e imperialistas na região do Prata para alcançar seus objetivos econômicos e políticos. Por ser a única monarquia na América do Sul, os governantes do Império apontavam o Brasil como um solitário “cercado de inimigos em potencial” (DORATIOTO, 1989, p. 24).

Vale destacar que os conceitos de Império e imperialismo não se confundem, mas aproximam-se, e, na maioria das vezes, completam-se. O Império é uma estrutura centralizada de poder que busca se perpetuar como epicentro gerador de regras e obrigações, com capacidade para administrar e influir direta e indiretamente em outros poderes. Já o imperialismo seria o meio pelo qual o Império exercita seu poder, seja por intimidação, indução ou inspiração (WATSON, 2004, p. 31; GADDIS, 1997, p. 27).

Quais seriam, então, os elementos históricos que construíram esta imagem de Brasil imperialista? A maior preocupação do Brasil Império era evitar a emergência de forças contrárias, como o movimento anfitriônico de Bolívar, um vizinho republicano poderoso, como a Argentina, ou um competidor econômico de peso, como o Paraguai.

Neste caso, optou pela neutralidade na campanha independentista contra a Espanha; exerceu um intervencionismo contra Rosas, em 1845, para garantir que o equilíbrio de forças não fosse quebrado no Prata; amarrôu o Uruguai a um conjunto de tratados que garantiam a dominação sobre aquele país e quando foi necessário e conveniente enviou tropas ao Estado Oriental para garantir os interesses dos súditos brasileiros; precipitou uma guerra imperialista de dominação quando a estratégia de crescimento *hacia fuera* do governo paraguaio de Solano Lopez gerou insegurança.

Em síntese, a imagem de Brasil imperialista implicava a intervenção nos assuntos internos e a penetração econômica nos países da região. Ademais, historicamente constituiu-se pelo domínio dos cursos fluviais ou pelo controle do regime de navegação; pela expansão territorial e pelo ajuste desmesurado das fronteiras e pelos limites nacionais; pela assunção de um papel de potência regional em detrimento da fraqueza e debilidade dos vizinhos; pela superioridade política, econômica e militar; enfim, pelas pretensões de ampliação do poder.

Nesse sentido, o aspecto modular da disputa geopolítica entre o Império espanhol e o português pelo controle da América do Sul foi o domínio fluvial que gravitou entre as bacias do rio da Prata e do rio Amazonas. A primeira constituiu-se na área de maior confrontação entre o Império brasileiro e seus vizinhos platinos, enquanto no Amazonas o Império herdou e o concebeu como um rio interior, sem grandes dramas políticos com a vizinhança. Ao contrário, os problemas viriam da tentativa de internacionalização empreendidas por grandes potências como Grã Bretanha e Estados Unidos.

Não obstante, com a ascensão do Barão do Rio Branco à pasta das relações exteriores em 1902, o perfil internacional do Brasil ganha novos contornos. Apesar de monarquista convicto, Rio Branco sabia que a imagem de Brasil imperialista deveria ser apagada para que o país pudesse avançar rumo à consolidação da nação. Paradoxalmente, entre 1902 e 1918 algumas das bases da preponderância brasileira na América do Sul foram solidificadas: força do comércio exterior, especialmente o café; rearmamento

naval; ativismo multilateral; prestígio internacional; alto grau de concertação regional e decisiva aliança com os EUA (BUENO, 2003).

Dessa forma, o Brasil adquiria uma nova feição internacional, a de potência hegemônica na América do Sul; uma imagem que se manifestou historicamente nas disputas navais, com o Peru e, em especial, com a Argentina, provocando medo generalizado no continente americano. De fato, a Argentina ressentia-se do status brasileiro no plano regional, que vinha acumulando uma série de atributos que o qualificavam como um ator diferente (BUENO 2003).

Vale recordar que nesse contexto o apoio tácito do Brasil ao bombardeio do porto de La Guaira, na Venezuela em 1902, endossou a doutrina Monroe e o Big Stick como mecanismos de submissão, colaborando para a cristalização de uma imagem negativa do Brasil em Caracas.

O Brasil detinha o maior território, depois de sair do ciclo de ajustes fronteiriços; mantinha bons contatos na Europa e relações privilegiadas com os EUA, o que gerava prestígio internacional suficiente para estabelecer-se como referência para as potências extrarregionais. Curiosamente, a grandeza nacional que assustava os vizinhos à época era a mesma que permitia à diplomacia brasileira ser generosa e solidária com os vizinhos, como na cessão da Lagoa Mirim ao Uruguai (GEHRE, 2009).

Com base nesse diferencial de poder é que o Brasil iria se movimentar em torno de objetivos magnos, procurando fazer prevalecer seus interesses e pontos de vista nas negociações; impondo seus conceitos e princípios de política exterior; pressionando diplomaticamente e fazendo uso de seu poder relativo para impingir perdas territoriais aos vizinhos (CERVO; BUENO, 2008).

Caso emblemático foi o choque com o *Bolivian Syndicate* na questão do Acre, que colocava em oposição direta os interesses da nação e do empresariado norte-americano. Neste caso, o status hegemônico do Brasil seria testado perante a corrida neoimperialista de grandes potências, como Grã Bretanha, Estados Unidos e Alemanha, por mercados e recursos na América do Sul (BUENO, 2003).

Do lado da Venezuela, a luta dos trustes britânicos e norte-americanos pelo controle do subsolo rico em petróleo marca a primeira fase de desenvolvimento do estado petrolífero no país. Até

aquele momento, especificamente entre 1810 e 1920, o café seria o principal produto da economia agroexportadora venezuelana (FARIAS, 2004, p. 19).

Durante esse período, as relações entre Venezuela e Brasil eram distantes e não transcendiam os aspectos protocolares das chancelarias. Modificações vieram com o envio pelo Imperador Pedro II em 1842 do conselheiro Miguel Maria Lisboa, Barão de Japurá, como primeiro embaixador com a finalidade de estabelecer um tratado de limites. As gestões estendem-se até 1859, quando é firmado o Tratado de Limites e Navegação Fluvial entre ambos os países (PORTILLO, 1983; MENDIBLE, 1999).

Com a finalidade de expandir o setor agrícola, suportar as constantes flutuações no preço internacional do produto, bem como lidar com a concorrência estrangeira, que incluía o Brasil, os governos em Caracas foram obrigados a contrair empréstimos e se endividar. O momento culminante deste processo foi no governo de Cipriano Castro, em 1902 e 1903, quando uma coalizão de potências europeias, como Alemanha, Grã-Bretanha e Itália, bloqueiam e bombardeiam os portos venezuelanos sob o pretexto da negativa de Castro de pagar dívidas de nacionais daqueles países (MIJARES, 2004, p. 203).

Em suma, a imagem da Venezuela estava associada “[...] a um país atrasado, predominantemente agrícola, politicamente turbulento, e amiúde envolvido com cobranças de credores internacionais” (AZEREDO, 2003, p. 123), mesmo assim, Rio Branco parecia precavido da importância estratégica do vizinho do Norte e envia Manuel de Oliveira Lima como embaixador para consolidar as relações bilaterais com a revisão do acordo de fronteiras. Mesmo com as dificuldades do clima e da vida em Caracas, Oliveira Lima escreve um importante ensaio sobre o “Monroismo” e seus efeitos na política pan-americana.

Ficava evidente, portanto, a dissonância entre as imagens de Brasil e Venezuela neste período de 1810 a 1910, o que explica a falta de apelo à aproximação entre os dois países.

Reposicionamento estratégico da América do Sul (1914-1945)

Neste momento, o Brasil ganhava espaço como aliado das grandes potências em projetos e ações internacionais, como a participação na Liga das Nações e o envio de colaboradores e tropas na I e II Guerras Mundiais. A diplomacia brasileira foi habilidosa no jogo pendular entre Alemanha e Itália, por um lado, e EUA, por outro, a fim de ampliar suas opções de comércio e garantir a estruturação de setores vitais como a siderurgia.

Ademais, sua posição privilegiada como nação atlântica fomentou uma aliança com os EUA para o estabelecimento de bases no nordeste brasileiro que auxiliariam na campanha contra os nazistas no norte da África. Em suma, a imagem internacional do Brasil adquiriu contornos positivos, de aliado especial e nação representante dos interesses ocidentais, capitalistas e liberais na América do Sul.

Neste contexto de duas guerras mundiais, a importância estratégica da Venezuela também atingiu um patamar diferenciado, uma vez que a demanda por petróleo cresceu avassaladoramente como propulsor das máquinas de guerra das grandes potências.

Na Venezuela a exploração organizada do petróleo se inicia em 31 de julho de 1914, pela *Caribe Petroleum Company*, do grupo holandês Shell e avançou sob os ditames das empresas britânicas e norte-americanas ao longo de várias décadas. Seria Rômulo Betancourt, intelectual e político venezuelano, uma das mais importantes figuras que iria escrever sobre a aparição do ouro negro e sua marca na vida venezuelana, por exemplo, com sua obra *Venezuela política y petróleo*.

Como resultado, a imagem da Venezuela seria modificada decisivamente pelo advento da economia petrolífera que levou a profundas transformações internas. A população campesina cede lugar à grande massa de trabalhadores urbanos, enquanto as inversões capitalistas internacionais alavancam o desenvolvimento nacional, sobretudo na infraestrutura do país. Como destaca Farías (2003, p. 23) “[...] bajo la presión de la economía del petróleo, em Venezuela se inició una rápida transformación demográfica”.

Este processo rabiscou novos traços da identidade nacional, mas ainda não conseguiu traduzir em uma nova imagem internacional, pois o país não tinha o controle efetivo sobre o setor petrolífero. Da mesma maneira, Brasil e Venezuela não se enxergaram neste período como parceiros que compartilhavam interesses e objetivos desta nova perspectiva estratégica da América do Sul.

Efetivamente, os dois países viviam de costas um para o outro: Venezuela voltada para o Caribe e subordinada à economia norte-americana; enquanto o Brasil inclinava-se à Bacia do Prata e priorizava os contatos com as Grandes Potências da Europa e com os EUA. Mesmo o advento do conflito mundial entre 1939 e 1945 não aproximou efetivamente os dois países, ainda que no plano do discurso subsistisse a lógica da *solidariedade continental*. Ao contrário, na prática, a Venezuela relutou em declarar guerra contra a Alemanha, o que viria a acontecer em 1945; enquanto o Brasil jogou com a equidistância pragmática entre o Eixo e os Aliados.

Interferências nas imagens de Brasil e Venezuela (1950-1960)

A primeira década após a 2ª Guerra Mundial é marcada pela ilusão das oportunidades. Brasil, Venezuela e outros países latino-americanos esperavam receber as compensações devidas por sua confiança no esforço de guerra. Foram, contudo, preteridos e tiveram que trilhar o seu próprio caminho internacional durante os anos da Guerra Fria.

De fato, um dos principais fatores que interferiu diretamente nas imagens de Brasil e Venezuela foi a Guerra Fria que, como uma variável sistêmica, passou a moldar as políticas interna e externa dos governos sul-americanos (CERVO, 2001).

Entre 1952 e 1958, a Venezuela fora governada por Marcos Perez Jimenez, que com um estilo ditatorial afastaria o país das breves conquistas democráticas dos anos anteriores. Com a derrocada de Perez Jimenez, as principais forças políticas do país como a Ação Democrática (AD), o Comitê de Organização Política Elei-

toral Independente (COPEI) e a União Republicana Democrática (URD) criam o ambiente propício à consolidação democrática. O marco deste processo foi um pacto político assinado de Punto Fijo firmado em 1959 com o objetivo de garantir e compartilhar as responsabilidades pela estabilidade política do país (AMORIM NETO, 2003, p. 83).

De fato, a ditadura perezjimenista caracterizou-se pelo impulso a uma política desenvolvimentista que contribuiu com a transformação e modernização urbana do país. O impulso desenvolvimentista também manifestou-se no Brasil durante o governo de Juscelino Kubitschek, com a diferença que pode ser implementado por meios democráticos.

Na Venezuela, formalmente faziam-se eleições a cada cinco anos em uma alternância pacífica do poder, criando uma ilha de democracia e estabilidade “[...] in a continent torn apart by Marxist insurgents and coup-plotting reactionary generals” (TORO, 2007). Além disso, mecanismos clientelistas e paternalistas, como a indicação pelos partidos dominantes de pessoas de confiança para postos públicos e direções sindicais, contribuía para maquiagem a aura democrática do regime.

De qualquer forma, a imagem da Venezuela democrática é uma das mais fortes na história sul-americana, a ponto de ser exaltada como um ícone de estabilidade e um modelo a ser seguido. Neste caso, o ideal democrático seria sintetizado pela chamada “Doutrina Betancourt”, como uma determinação de somente reconhecer governos oriundos de eleições realizadas consoante normas constitucionais (CERVO, 2003, p. 154).

Dois outros acontecimentos davam mostras das interferências nas imagens de Brasil e Venezuela. O primeiro, foi a visita do vice-presidente Richard Nixon a Caracas, em maio de 1958, durante uma jornada por países sul-americanos. Nixon fora publicamente rechaçado como alvo da política de Washington de apoio às ditaduras militares (AZEREDO, 2003, p. 125).

O segundo foi a leitura feita por Caracas do golpe de 1964, que colocou no poder um governo militar no Brasil. A roupagem de exacerbação da segurança nacional pelos meios não democráticos

desagradava por ser contrário à essência da Doutrina Betancourt. O resultado foi a suspensão das relações diplomáticas em 17 de abril de 1964.

Nesta oportunidade, a política exterior venezuelana enfrentava dois regimes ditatoriais do Caribe e da América Central, Leonidas Trujillo, na República Dominicana, e a família Somoza, na Nicarágua. Assim, quando eclode o golpe militar no Brasil, bem diferente do que ocorria nos pequenos países caribenhos, a chancelaria venezuelana encontrou dificuldades em interpretar os acontecimentos, sendo levada pela afirmação da Doutrina Betancourt.

Logo, o ministro de relações exteriores da Venezuela, Ignacio Iribarren Borges justificava que “[...] se há visto obrigado a tomar en seguimiento de su política internacional y de los principios consagrados en la Carta de la Organización de Estados Americanos”, a decisão de suspender relações diplomáticas com o Brasil (BOLETIN, 1998, p. 41).

Como lembra Cervo (2003, p. 155),

[...] ao romper relações diplomáticas com ditaduras e instar a OEA a aplicar sanções contra tais regimes, se despertava simpatia de pequenos Estados, provocava a indisposição dos grandes [...] depois do golpe militar de 1964 no Brasil, as relações bilaterais permanecem frias.

Havia, portanto, uma dissonância entre a imagem democrática venezuelana e a imagem autoritária do Brasil. Mas quais eram os aspectos que constituíram a imagem internacional de Brasil autoritário?

Em primeiro lugar, a transformação do meio social e político brasileiro com a eliminação de lideranças políticas e militares que pudessem contrariar a linha dura dirigente; a imposição da ideologia da segurança nacional que exigia a extinção dos partidos políticos; o fechamento do legislativo; a subjugação do judiciário; a censura dos meios de comunicação; e o bloqueio da circulação de ideias, pelos diferentes meios culturais.

Segundo, a colaboração transnacional dos governos sul-americanos, principalmente do Cone Sul, configurando o chamado *Mercosul do terror*. Assim, o mimetismo e a troca de experiências militaristas e

repressivas fariam difundir os traços comuns e compartilhados entre Argentina, Peru, Bolívia, Chile e Brasil, formando e refletindo uma imagem autoritária simbolizada pela Operação Condor (CALLONI, 2006).

Terceiro, a real independência dos mecanismos de inteligência e repressão, em que pese as ações repressivas exercidas contra pessoas e situações que oferecessem risco à segurança nacional, fez com que a vizinhança sul-americana cristalizasse uma autoimagem de autoritarismo e repressão que marca até hoje os rumos políticos da região.

A imagem de grandeza dos anos 1970

A visão de grandeza parece ser uma característica identitária comum a alguns países sul-americanos que se manifesta de diferentes formas e em diferentes meios sociais. No caso do Brasil, esteve associada à imagem de Potência e no da Venezuela à sua riqueza petrolífera.

A Venezuela viveu do fim do século 19 aos anos 1970 sob a sombra da descoberta das jazidas de petróleo. Sem poder determinar os rumos de sua economia, testemunhou a corrida imperialista das grandes empresas estrangeiras, norte-americanas, inglesas e holandesas; ensaiou as primeiras leis e diretrizes para garantir um mínimo de lucros com a exploração do cru; viu nascer uma lógica rentista de dependência dos recursos petrolíferos; e, como resultado mais desastroso, aceitou a anulação da indústria nacional em face da exacerbação da importação de produtos estrangeiros.

A construção do Estado petrolífero na Venezuela entrou em nova fase a partir da década de 1970. O truque do Estado petrolífero era transformar petróleo em riqueza, e essa riqueza em poder; a finalidade era, portanto, fazer do controle da riqueza petrolífera o controle do Estado, em um ciclo de autoperpetuação. A forma como isso foi feito está relacionada à construção de uma gigante teia de relações clientelistas que amarrava cada um dos grupos sociais ao chefe da nação.

Por outro lado, esta lógica colocou o Estado venezuelano em uma posição muito diferente do restante dos países americanos, pois o estado rentista petroleiro não necessitava de seus nacionais para manter-se de pé.

Logo, a incessante busca pelo controle do setor petrolífero desembocou nas nacionalizações de empresas estrangeiras, na criação de uma empresa genuinamente nacional e no aprofundamento do monopólio da empresa estatal (PDVSA) sobre o setor petroleiro. Os passos dados por Carlos Andrés Perez nos anos 1970, com a nacionalização do setor petroleiro, fora precedido por um conjunto de medidas essenciais para garantir que a Venezuela construísse em torno de si e de sua população a imagem de grandeza nacional, que se projetaria na mentalidade coletiva da nação.

De fato, com a chegada ao poder de Carlos Andrés Perez, propunha-se a modificar sobremaneira o papel desempenhado pelo país no mundo. Ancorado nas altas do preço do petróleo e no consequente crescimento da receita nacional, Perez passou a adotar uma postura autonomista e uma espécie de liderança terceiro-mundista e latino-americana.

Enquanto a Venezuela nadava nas riquezas petroleiras, o Brasil vivia na década de 1970 um ciclo de crescimento inédito na história nacional, com 9,5% de elevação do PIB, 11% expansão do setor industrial e inflação estabilizada abaixo dos 20% anuais, 23 % de crescimento das exportações. A era do milagre brasileiro confunde-se com a imagem de Brasil Potência. “Falava-se de um ‘Brasil Grande’, Brasil Potência. Distribuíam-se adesivos com a inscrição ‘Brasil, ame-o ou deixe-o.’” (GASPARI, 2002, p. 208-209).

O crescimento econômico, amparado na indústria de bens de consumo duráveis e bens de capital, e o aumento populacional, chegando a 94 milhões no ano de 1970. O Brasil, então, procurou criar condições para se tornar autônomo em segurança e no suprimento de meios de potência, convencionais e de alta tecnologia, expandindo uma indústria bélica nacional em grande escala. (CERVO; BUENO 2008, p. 406).

O imaginário do impávido colosso consubstanciara-se no potencial nuclear, com descoberta de jazidas de urânio e no complexo nuclear a ser instalado em Angra; na construção da Transa-

mazônica e na extensão das águas territoriais a 200 milhas; mas também na capacidade de projetar poder em termos hemisféricos, como o principal aliado norte-americano no subcontinente; como eixo da integração regional; como ponta de lança privilegiada para o Caribe, América Central, América do Norte e Europa; além de respaldar as pontes históricas com a África (BANDEIRA, 2003, p. 409; GASPARI, 2002, p. 209).

O Brasil havia se preparado para superar a condição de poder regional e atingir o patamar de grande potência pela estratégia da autonomia e pelo exercício de potência dimensionado pela grandeza nacional presente e futura. Assim, sobre o Brasil, uma conjunção de fatores sistêmicos corroborou para a formação da imagem de *Brasil Potência*: a instabilidade política na América Latina, com governos de esquerda e confrontações políticas internas, fortalecendo a posição relativa do país; e o declínio norte-americano com a Guerra do Vietnã e o surgimento da Doutrina Nixon, de desengajamento relativo dos EUA e a transferência de responsabilidades às potências regionais aliadas.

Foi estabelecida uma sintonia entre Brasil e Venezuela nos anos 1970 com um claro efeito imagético. A Venezuela foi considerada *o rico parceiro* do Brasil e entre 1973 e 1977 o país contava com fatores de diferenciação na vizinhança que produziam esta imagem de parceiro emergente. Primeiro, possuía a maior renda *per capita* na América Latina; depois, diferentemente dos vizinhos, tinha condições de ampliar as compras de produtos brasileiros; terceiro, a estabilidade política e monetária dava segurança às relações comerciais; enfim, as grandes reservas de matérias-primas, a industrialização acelerada, o crescimento das importações e o endividamento real externo quase nulo gabaritavam a grandeza da Venezuela perante o Brasil. Começava a falar-se, então, de um eixo comercial Brasília-Caracas, precursor de uma parceria estratégica entre os dois países.

A correlação das relações bilaterais avançaram em um novo contexto impulsionado tanto por fatores internacionais como nacionais. A crise do preço do petróleo, surgida com a Guerra do Yom Kipur, entre Israel e os países árabes, afetou o Brasil, que até então desfrutava dos preços baixos do produto e da ajuda dos EUA. Esta

situação empurrou o país a buscar novas fontes de abastecimento e assim se apresentava a Venezuela como um uma opção possível e desejável.

Já no plano interno, destacava-se a abertura da região amazônica à colonização interna, o que acelerou o processo de acercamento pelas fronteiras entre o Brasil e seus vizinhos meridionais. Estas mudanças foram captadas durante a gestão de Rafael Caldera, quem logra uma rápida entrevista em Santa Elena do Uairen com o presidente Médici, em 20 de fevereiro de 1973. Já em 1978, seria Carlos Andrés Perez (CAP) quem faria uma importante visita ao Brasil, retribuída um ano depois pela ida a Caracas do presidente brasileiro João Baptista Figueiredo.

O hiato neoliberal

As décadas de 1980 e 1990 determinaram um fluxo normal das relações entre Brasil e Venezuela, que teve como característica comum a instalação do Estado neoliberal nos dois países. A crise da dívida externa e a baixa do preço do petróleo criaram constrangimentos sistêmicos às pretensões de grandeza dos dois países.

A industrialização venezuelana nunca veio e esbarrou na má versão dos recursos do petróleo. A fuga de divisas da ordem de 30 bilhões entre 1984 e 1998 amputou qualquer tentativa de reestruturação. Para sepultar a conjuntura adversa, os preços do petróleo caíram e levaram a uma crise fiscal que produziu a quebra do modelo de desenvolvimento (CANO, 2001).

As tentativas de compensação foram o aumento de impostos, a desvalorização cambial e o endividamento público. A situação piorou ao trocar-se o modelo desenvolvimentista petrolífero pelo modelo neoliberal sem compromisso com os interesses do país, o que levou a uma rápida deterioração do quadro econômico entre 1978 e 1998 (SOARES 2001).

Diante da crise social, política e econômica por que atravessava a região, Brasil e Venezuela procuraram exaltar a vocação latino-americana, sua perspectiva universalista para buscar bases justas

e equitativas para as relações entre os Estados, envidando esforços para o estabelecimento de uma nova ordem econômica.

Como consequência favoreceu-se a adoção do paradigma neoliberal e seus preceitos como paliativo à deterioração sintomática da qualidade de vida de nações como Brasil e Venezuela.

A trajetória longa rumo ao desenvolvimento nacional sofreu com o hiato neoliberal, que aprofundou nos anos 1980 e 1990 o quadro de subdesenvolvimento, ao forçar os dois países a adotarem medidas de austeridade e desregulamentação que beneficiavam mais o capital estrangeiro do que a própria nação. Assim, a imagem que prevaleceria neste período para retratar os dois países era a de país latino-americano subdesenvolvido.

O segundo governo CAP e o governo Fernando Collor de Mello deram demonstrações da inspiração neoliberal de suas políticas, com a adoção do preceitos do Consenso de Washington, como a redução do Estado e a valorização do mercado. Não obstante, os resultados foram desastrosos, como o levante popular contra o aumento do preço da gasolina na Venezuela, chamado Caracazo, a tentativa de golpe com a participação de Hugo Chavez Frias, em 1992, o congelamento das poupanças no Brasil e a crise de corrupção em Brasília. O desenlace veio com a saída dos dois governantes.

Este processo só seria revertido nas décadas seguintes. No Brasil, a estabilização monetária e o controle da inflação durante a gestão de Fernando Henrique Cardoso (1994-2002) favoreceram as medidas de crescimento da gestão Lula (2003-2010), com os Planos de Aceleração do Crescimento (PACs) e as políticas de compensação salarial e de renda. Na Venezuela, foi a reconstrução do Estado petrolífero e a reinvenção da visão de grandeza da sociedade venezuelana, não mais respaldada no consumo desenfreado, fruto da economia petrolífera, mas agora em figuras míticas como Simón Bolívar e sob a tutela de um novo líder, o comandante Hugo Chavez, no poder desde 1998.

Da liderança à parceria (2000-2010)

O marco da virada nas imagens de Brasil e Venezuela foi a Reunião de Presidentes de Brasília de 2000, no qual foi feito o *aggiornamento* da ideia de América do Sul para suas políticas exteriores. No plano sistêmico regional, duas visões concorrentes acabaram por se complementar entre 2000 e 2010: a primeira, que dizia ser necessário um líder neste processo de renovação das bases de projeção internacional da América do Sul; a segunda, que afirmava que qualquer projeto ou consecução de estratégia comum deveria partir de acertos bilaterais entre as principais forças da região, como Brasil e Venezuela.

Dessa forma, Brasília e Caracas pendularam entre a busca pela liderança e a conformação de uma parceria estratégica que seria o eixo da nova fase de integração sul-americana.

A constituição da imagem de liderança atrelada ao Brasil e à Venezuela refere-se à determinação em assumir responsabilidades sistêmicas. Neste caso, cada país, de acordo com suas capacidades, tem agido de uma forma assertiva nas grandes questões como o terrorismo, as mudanças climáticas, a migração internacional, a insegurança alimentar e a deterioração da estabilidade regional.

Trata-se, portanto, de *jugar con el globo* e passar a exercer uma espécie de liderança extrarregional. O Brasil optou por reativar parcerias com países-chave como Índia, África do Sul e China e, com isso, fomentar arranjos multipolares como IBAS, BRICS e G20, aproveitando para ampliar mercado consumidor e potencializar a cooperação científica e tecnológica. Este processo começou a ganhar corpo na 5ª Reunião Ministerial da OMC, encerrada no dia 14 de setembro de 2003, em Cancun, e atingiu seu ápice na reunião do G20, em Toronto, no ano de 2010.

Adicionalmente, o comando da Missão de Estabilização do Haiti (MINUSTAH) e a candidatura brasileira a um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU, acenam para o desejo do país de transcender o sistema sul-americano e a esfera de influência norte-americana, passando a liderar uma articulação independente de poder em escala mundial.

Com a mesma gana por projeção internacional, a política exterior da Venezuela, sob as ordens de Hugo Chavez, usa o petróleo como arma política; aprofunda os mecanismos de integração regional; apoia os governos e movimentos de esquerda no mundo; e atua no campo do domínio dos meios de comunicação de massa para influir na opinião pública internacional, caso emblemático da Telesur (ROMERO, 2006, p. 15-18).

A globalização da política externa venezuelana tem como fundamento a promoção de uma nova ordem internacional. Primeiro, define como prioridade a conformação da ALBA, mas não descarta seu movimento estratégico de adesão ao Mercosul, ressaltando a importância de se construir uma visão estratégica comum sul-americana. Com isso, intensifica os contatos com os regimes de Fidel e Morales, mas ratifica o compromisso com o Mercosul, para que este seja a ponte para a afirmação de uma confederação de países da América do Sul.

Segundo, utiliza a diplomacia presidencial, e sua chancelaria, com vistas a consolidar e diversificar as relações internacionais do país, robustecendo a cooperação sul-sul e fortalecendo a posição venezuelana na economia internacional. Terceiro, num espectro mais ideológico, luta para quebrar a dependência aos organismos financeiros internacionais e fortalecer a soberania nacional, produzindo com isso uma integração mais justa e equitativa em uma ordem internacional multipolar.

O resultado desta busca pela liderança pode ter revertido os esforços brasileiros e venezuelanos em uma aproximação com contornos de parceria. Uma das prioridades da nova orientação da política exterior venezuelana seria voltar-se ao *gigante do sul*, pela especial relevância e pelo sentido estratégico de cumprir com a aspiração de ingressar no Mercosul.

Assim, a estratégia de Hugo Chavez de securitização energética regional passaria pela promoção de parcerias internacionais e pela retomada do controle interno do setor, combatendo o estado dentro do estado. Vale destacar as aproximações com Rússia, China e Irã, por meio da cooperação técnica, compra de armamentos e incremento do comércio, que dão um peso significativo a este *juego con el globo*.

O ativismo do governo venezuelano, por meio dos mais diversos acordos de cooperação, complementação e integração do setor energético, auxiliou no novo dinamismo à integração regional. Com isso, abriu-se a porta para associações extrarregionais de peso, por exemplo, com o capital chinês, o que, de certa maneira, desafiou o poder negociador do Brasil em matéria energética.

Como atesta Elza Cardoso (2006/2007, p. 39), “[...] a posição venezuelana deu o giro mais importante na concepção sobre segurança energética, ao aproximar-se ostensivamente de um enfoque mais restrito e competitivo”, o que fortaleceu a sua imagem de parceiro dentro da América do Sul, uma vez que o endurecimento tinha uma orientação contra as ameaças estrangeiras de fora do continente.

Na mesma direção, segue a construção da imagem do Brasil como *parceiro estratégico*. Fruto de um processo histórico de longa duração, mas que tem como marco a redemocratização e a estabilidade política, que fizeram do país um legítimo integrante do grupo de nações livres do Ocidente. Em seguida, a abertura econômica e a estabilização monetária, empreendidas nos anos 1990, tornaram o país um ótimo parceiro comercial. Além disso, a estruturação econômica e produtiva interna, que incluiu modificações tarifárias e na carga de impostos modernizou o país no campo financeiro e preparou-o a receber um influxo crescente de investimentos externos diretos e a hospedar cada vez mais empresas multinacionais.

Ao valorizar a sul-americanidade como parte de sua identidade internacional, o Brasil tornou-se potencial parceiro na integração física da América do Sul, na organização do espaço econômico regional, na estabilização regional e no respeito às instituições democráticas; enfim, com respaldado externo sendo legitimado por grandes potências e poderes emergentes

Concretamente, o Brasil como parceiro energético vem se afirmando pela compra de petróleo da Argentina e Venezuela; do gás natural da Bolívia e do Peru; e intensificado com projetos de construção de gasodutos ligando aqueles países ao Brasil, uma vez que o país se coloca na cena sul-americana como um grande consumidor de energia, por conta da necessidade de manter o seu crescimento.

Considerações finais

Em 1852, o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Paulino José Soares de Souza, instruiu o primeiro representante diplomático brasileiro na Venezuela, Miguel Maria Lisboa, sobre a necessidade imperiosa de um acordo com o vizinho do norte da América do Sul. Desde então, as imagens constituídas de Brasil e Venezuela vêm se entrelaçando à história das relações bilaterais dos dois países.

Ao longo do século 19, houve competição e oposição entre o *status quo* brasileiro e o revolucionismo venezuelano. Daí por diante, a visão de Brasil hegemônico e Venezuela democrática descaracterizariam as nuances que estas imagens possuíam.

Primeiro, o Brasil hegemônico não se mostrava como uma potência agressiva, mas satisfeita em suas pretensões territoriais. Segundo, o Brasil constituiu práticas negociadoras para sanar a assimetria de poder e manter os vínculos cooperativos e pacíficos com seus vizinhos: cordialidade oficial, diplomacia da concessão e a diplomacia da obstrução. Terceiro, o Brasil visava a uma influência compartilhada com a Argentina ou outras nações, como foi o arranjo triangular Argentina, Brasil e Chile (Pacto ABC).

No caso venezuelano, a imagem democrática teve que competir com o peso deformador do petróleo e a imagem de país revolucionário se perdeu nas vicissitudes da política de poder. Por um lado, diante do constrangimento estrutural da dependência petroleira, os diferentes governos em Caracas não conseguiram ou não lançaram planos para conter a desindustrialização e a elevada demanda por produtos importados, tornando-se mais vulneráveis às contingências históricas, como as crises dos anos 1970 ou dos anos 2000.

Por exemplo, quando o mercado internacional do petróleo era sacudido com uma baixa repentina do preço do produto, a recessão econômica tornava-se inevitável e agravada pelas dívidas contraídas no momento anterior. Logo, a péssima administração dos recursos petrolíferos pelos diferentes governos na Venezuela minou de vez a imagem de Venezuela democrática.

Por outro, como ensina Wight (2000, p. 71), o objetivo de um estado revolucionário é “[...] remodelar a sociedade internacional de acordo com seus próprios princípios.” Não obstante, é preciso

ver através dos disfarces ideológicos ou das imagens que se formam sobre o Estado para compreender as verdadeiras forças e fenômenos políticos em ação (MORGENTHAU, 2000, p. 194). Logo, a imagem de Venezuela revolucionária foi cooptada para atender aos desígnios bonapartistas de Hugo Chavez.

Dessa forma, a apropriação das imagens internacionais de Brasil e Venezuela torna-se um enfoque valorizado para o estudo das relações internacionais, pois são a representação genuína de que existem outras forças, além das capacidades materiais, que interferem diretamente na formulação e implementação de política exterior, pesando sobremaneira nos cálculos estratégicos de estadistas e decisores.

De fato, o poder das imagens nas relações internacionais facilita ou dificulta a sociabilização de países nos espaços regionais e global, supera o nível dos simples estereótipos e adquire validade como fator interveniente das decisões em política externa. Assim, a postura de um país nas suas relações internacionais depende da forma como ele se vê e como ele é visto. Logo, as imagens internacionais estimulam a visão do outro e com isso provocam reações favoráveis ou contrárias ao comportamento internacional de vizinhos e parceiros.

Como consequência de um processo histórico de construção, atinge-se um estágio de despertar da consciência bilateral, que reflete uma imagem referenciada de parceria entre Brasil e Venezuela. Isto significa desenvolver uma consciência de alteridade dos dois sobre o *eu* bilateral em relação ao *outro* (Países Árabes, África, Europa de um lado e os vizinhos da América do Sul, de outro).

Em suma, o acercamento estratégico com o Brasil permitiu a Venezuela desembaraçar-se da órbita dos Estados Unidos e se vincular à realidade sul-americana, enquanto o Brasil ganhou a possibilidade de projetar-se ao Caribe e de ampliar a presença sul-americana no Atlântico Sul.

Brazil-Venezuela relations: international images in perspective

Abstract: Brazil and Venezuela have maintained some kind of international contact since the early 19th century, which enabled to think of a strategic partnership for the 21st century. The aim of this paper is to unravel the historical evolution of Brazilian-Venezuelan bilateral relations. One may wonder what is the role played

by images in defining moments of proximity or distance between the two? The hypothesis is that perceptions and views from others emanating from the foreign ministries and societies are became elements of power once they interfere in the strategic calculations of statesmen. These interpretation was based on primary and secondary sources, both from Brazil and Venezuela, diplomatic and official documents, press articles and books.

Keywords: Brazil-Venezuela relations. History of Internartional Relations. International Images.

Referências

AMORIM NETO, Octavio. De João Goulart a Hugo Chavez: a política venezuelana à luz da experiência brasileira. In: *Venezuela: visões do outro*. Rio de Janeiro, IPRI, maio de 2001. p. 81-106.

ARON, Raymond. *Paz e Guerra entre as Nações*. Coleção Clássicos IPRI. Brasília: Editora UnB, 2002.

AZEREDO, Mauro Mendes. A crise da democracia venezuelana: relações com os Estados Unidos. In: *Venezuela: visões do outro*. Rio de Janeiro, IPRI, maio de 2001. p. 107-152.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Brasil, Argentina e Estados Unidos: conflito e integração na América do Sul: (Da Tríplice Aliança ao Mercosul): 1870-2003*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

_____. *O expansionismo brasileiro e a formação dos Estados na Bacia do Prata*. 3 ed. Rio de Janeiro: Revan/Brasília: UnB, 1998.

BOLETÍN del Archivo de la Casa Amarilla, n. 5, 1998.

BUENO, Clodoaldo. *Política externa da primeira república: os anos de apogeu – de 1902 a 1918*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

CALLONI, Stella. *Operación Condor: pacto criminal*. Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2006.

CANO, Wilson. Venezuela: limites para uma nova política econômica. In: *Venezuela: visões do outro*. Rio de Janeiro, IPRI, maio de 2001. p. 179-216.

CARDOSO, Elza. A governabilidade democrática regional e o papel (des)integrador da energia. *Política Externa*. São Paulo: Paz e Terra, v. 15, n. 3, dez./jan./fev., 2006-2007.

CERVO, Amado Luiz. A Venezuela e seus vizinhos. In: *Venezuela: visões do outro*. Rio de Janeiro, IPRI, maio de 2001. p. 153-176.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. 3. ed., rev. e ampl. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008.

CORREA, Luiz Felipe de Seixas. O Barão do Rio Branco e a política do Brasil no Prata: uma visão brasileira. In: *RIO BRANCO, América do Sul e a Modernização do Brasil*. Brasília: IPRI/FUNAG, 2002.

DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. *As relações entre o império do Brasil e a república do Paraguai (1822-1889)*. Brasília, 1989. 2 v.

DUROSELLE, Jean-Baptiste. *L'Europe de 1815 a nous jours – vie politique et relations internationales*. Paris: PUF, 1993.

FARIAS, Eduardo Arcila. *Evolución de la economía en Venezuela*. Caracas: Academia Nacional de la História, libro breve, p. 233, 2004.

GADDIS, John Lewis. *Paisagens da História: como os historiadores mapeiam o passado*. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

GEHRE, Thiago. América do Sul: construção pela reinvenção (2000-2008). *Revista Brasileira de Política Internacional*. Ano 52, n. 2, 2009.

GIRAULT, René. *Diplomatie européenne: nations et impérialismes (1871-1914)*. Paris: Petit Bibliotheque Payot, 2004.

GOMART, Thomas. La relation bilatérale: un genre de l'histoire des relations internationales. In: *Matériaux pour l'histoire de notre temps*. n. 65-66. Hommage à René Girault: Pour une histoire des relations internationales, 2002. p. 65-68.

MENDIBLE, Alejandro. *Venezuela-Brasil: la historia de sus relaciones*. Caracas. Universidad Central de Venezuela, 1999.

MIJARES, Augusto. *La evolución política de Venezuela 1810-1960*. Caracas: Academia Nacional de la História, libro breve, p. 232. 2004.

MORGENTHAU, Hans. *Política entre as Nações*. Coleção Clássicos IPRI. Brasília: Editora da UnB. Imprensa Oficial do Estado, IPRI, 2003.

PORTILLO, Julio. *Venezuela-Brasil: relaciones diplomáticas 1842-1982*. Caracas: Editorial Arte, 1983.

ROMERO, Carlos. *Jugando com el Globo: la política exterior de Hugo Chavez*. Caracas: Ediciones B, 2006.

SOARES, Laura Tavares Ribeiro. Venezuela: possibilidades e limites para um novo modelo de desenvolvimento e de integração regional. In: *Venezuela: visões do outro*. Rio de Janeiro, IPRI, maio de 2001, p. 267-297.

- SPEKTOR, Matias. *Kissinger e o Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.
- TORO, Francisco. *Venezuela Part I: the Petrostate that was and the petrostate that is*. Disponível em <http://caracaschronicles.blogspot.com/>. Acesso em: 07 jun. 2007.
- WATSON, Adam. *A evolução da sociedade internacional*. Brasília: UnB, 2004.
- WIGHT, Martin. *A política do poder*. Coleção Clássicos IPRI, São Paulo/Brasília: UnB, 2002.

Recebido em 02/11/2010.

Aprovado em 25/08/2011.